Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020

Lucas Silva Carvatho
Contador
CRC - BA 03377010

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Lucas Silva Carvatho Contador CRC - BA 033770/0



Tel.: +55 71 3272 3747 Tel.: +55 71 3272 3747 www.bdobrazil.com.br

Av. Tancredo Neves, 2539 Torre Nova lorque, 14° andar, Caminho das Árvores Salvador, BA - Brasil - 41820-021

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - MNSL Goiânia - GO

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - MNSL ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - MNSL em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa n°2, e ainda em observação aos preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 - Entidades sem Finalidades de Lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.





Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 23 de abril de 2021.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS

Automas de direcira Rios

CRC 2 GO 001837/F-4

Antomar de Oliveira Rios

Contador CRC BA 017715/0-5 - S - GO

Lucas Silva Carvatho
Contador
CRC - BA 03377010

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo			
	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo circulante		_		Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.377	1.022	Fornecedores	8	1.448	2.590
Contas a receber	4	2.974	8.285	Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.309	1.619
Estoques	5	920	308	Obrigações fiscais	10	62	42
Outras Contas a Receber		139	139	Partes Relacionadas	6	2.150	2.153
Total do ativo circulante		11.410	9.754	Total do passivo circulante	•	4.969	6.404
Ativo não circulante							
Imobilizado	7	1.898	1.898	Não circulante			
Total do ativo não circulante	•	1.898	1.898	Outras obrigações		1.898	1.898
				Provisões para rescisões trabalhistas	12	868	-
				Provisão para encargos trabalhistas - INSS Cebas	11	5.573	3.230
				Provisão para contingências	13	-	120
				Total do passivo não circulante	•	8.339	5.248
Total do ativo		13.308	11.652	Total do passivo		13.308	11.652

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lucas Silva Carvatho Contador CRC - BA 033770/0

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Receita de serviços	Nota	2020	2019
Custos dos serviços prestados	14	(32.269)	(31.330)
Resultado bruto		(1.644)	(706)
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	15	(1.960)	(2.001)
Outras receitas		79	984
Receitas financeiras		15	11
Despesas financeiras		(23)	(61)
Déficit do exercício		(3.533)	(1.773)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
Das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(3.533)	(1.773)
Ajustes para reconciliar o (déficit) ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para rescisões trabalhistas	868	
Provisão para contingência	(120)	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	262
Provisão para encargo INSS - Cebas	2.343	2.015
	(442)	
Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos	(442)	504
Contas a Receber	8.844	346
Estoques	(612)	18
Outras contas a receber	(012)	(43)
Partes Relacionadas	(3)	(223)
Depósitos judiciais	(3)	(223)
Fornecedores	(1.142)	(1.263)
Obrigações sociais e trabalhistas	(310)	302
Obrigações fiscais	20	19
Outras obrigações	-	(251)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	6,355	(591)
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	6.355	(591)
Caixa e equivalentes de caixa no ínicio do exercício	4 022	4 (42
·	1.022	1.613
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.377	1.022
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	6.355	(591)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demons	strações contábeis.	

Lucas Silva Carvatho

Contador

CRC - BA 03377010

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Instituto de Gestão e Humanização - IGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 09 de abril de 2010, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas a saúde no intuito de poder contribuir com a melhoria da assistência médica e das políticas de saúde em nossa comunidade. É uma instituição de Utilidade Pública, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) do Estado de Goiás, 100% SUS.

Através de decisão dos membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração do IGH, em 01 de setembro de 2014 foi criada uma filial na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, a qual se encontra sediada na Av. Fuadi Rassi esquina com Rua 02, n° 541, quadra 11, lote 11/12, sala 13, Setor Nova Vila, com registro no CNPJ sob o n° 11.858.570/0002-14. Esta filial teve a sua gestão transferida para o Instituto de Gestão e Humanização (IGH), em virtude da integração desta unidade ao Hospital Materno Infantil - HMI, operada pelo Decreto n° 7.807, de 21 de fevereiro de 2013.

Este contrato de gestão possui prazo original de doze meses e valor global estimado em R\$ 12.804, o qual vem sendo renovado anualmente.

O oitavo termo aditivo prorrogou o prazo de vigência do contrato por 12 meses, a partir de 26 de junho de 2020 e término em 25 de junho de 2021, com o valor global estimado em R\$ 30.625.

Conforme consta do contrato de gestão, a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do mesmo e, por esta razão, a Administração decidiu não reconhecer como ganho/perda patrimonial os superávits/déficits provisórios apurados até o momento.

O Instituto é uma Entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit.

Em 11 de abril de 2018 o IGH teve deferido seu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pelo período de 3 anos a contar da data de Publicação no Diário Oficial. Com a obtenção da renovação o Instituto e, consequentemente, os contratos sob a sua gestão continuam sendo beneficiados pela suspensão da obrigatoriedade de arrecadação da cota patronal (previdenciária) do INSS incidente sob a folha de pagamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019, abrangem apenas as operações da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - MNSL sob a gestão do Instituto de Gestão e Humanização-IGH.

Estas demonstrações contábeis apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados a um contrato de gestão de uma Entidade que não possui patrimônio próprio, realizando as suas atividades operacionais em nome da SES-GO que é a proprietária do patrimônio físico (edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares.

Por esta razão, não está sendo apresentada a demonstração das mutações do patrimônio líquido. Considerando-se que a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do contrato, o superávit (déficit) acumulado até a data do balanço é reconhecido numa conta de passivo (se superávit a ser devolvido ao contratante) ou de ativo (se déficit a ser ressarcido pelo contratante), até que ocorra a sua realização financeira.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir, observando os preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 - Entidades sem Finalidades de Lucros.

Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 23 de abril de 2021.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Os principais valores estimados decorrem da provisão para contingências. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

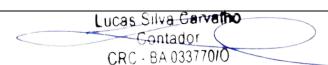
2.5. Contas a receber

Representa o saldo de repasses mensais a receber e déficits acumulados dos exercícios anteriores, os quais a Administração da Entidade classifica como créditos a receber da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, decorrentes do desequilíbrio do contrato ao longo dos anos.

Conforme definido no contrato com a SES/GO essa operação não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora. Dessa forma, os superávits/déficits acumulados não foram reconhecidos como ganho/perda patrimonial expectativa de na que serão compensados/reembolsados.

2.6. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

2.7. Imobilizado

São avaliados pelo custo de aquisição. Representa os bens adquirido pela Entidade ou cedidos pelo Poder Concedente para serem utilizados no Contrato de Gestão. Ao final do contrato esses bens serão revertidos para o Poder Concedente. Dessa forma, a contrapartida dos registros é a conta de outras obrigações no passivo não circulante.

2.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades executadas, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As notas fiscais são registradas mediante aprovação do contratante vinculadas com a apresentação de regularidade fiscal do contratado e validação dos serviços efetivamente prestados.

2.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.10. Provisão para encargos trabalhistas INSS - CEBAS

O valor correspondente ao benefício de isenção previdenciária sobre a folha de pagamentos da Entidade (isenção da cota patronal) é valorizado e reconhecido em conta de provisão específica no passivo não circulante, de maneira sistemática, ao longo do período, à medida que as despesas com pessoal são incorridas e registradas contabilmente.

Os custos e despesas correspondentes à contribuição previdenciária patronal são apurados e registrados na apuração do resultado do exercício como se devidos fossem.

A Administração da Entidade optou por provisionar os valores referentes aos encargos previdenciários até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ainda que não liquidada financeiramente a provisão dos valores correspondentes à isenção previdenciária não é acrescida da incidência de encargos de mora, na expectativa de que estas provisões não serão liquidadas, isto porque o IGH, na qualidade de entidade filantrópica de assistência à saúde goza do benefício da sua isenção.

2.11. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.12. Reconhecimento de receitas e custos - apuração do resultado

O resultado de cada exercício é apurado pelo regime de competência.

Considerando-se que o contrato de gestão estabelece que a operação da MNSL não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora, o superávit ou o (déficit) apurado é reconhecido numa conta de passivo ou de ativo, respectivamente, até que ocorra a sua realização financeira.

3. Caixa e equivalentes de caixa

2020	2019
143	2
7.234	1.020
7.377	1.022
	143 7.234

As aplicações financeiras referem-se em sua maioria a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para geri-los e aplicá-los. O IGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

4. Contas a receber

	2020	2019
Repasse de custeio (i)	136	1.539
Repasse de ressarcimento (ii)	-	4.964
Direito de execução de contrato (iii)	2.838	1.260
Reembolso de despesa de contrato (iv)	-	522
	2.974	8.285

- (i) Refere-se ao valor dos repasses mensais dos contratos de gestão ainda não recebidos do órgão público contratante;
- (ii) Representa os déficits apurados nas operações dos contratos de gestão quando já negociados e reconhecidos em acordos específicos com o órgão público contratante. Através deste crédito é reconhecido o direito de a Entidade receber por serviços executados em volume e/ou valor maior do que o efetivamente contratado;
- (iii) Representa os déficits acumulados apurados nas operações dos contratos de gestão ainda não recebidos ou cujas negociações ainda não foram efetivadas até 31 de dezembro de 2020 e 2019;
- (iv) Representa os valores de rescisões, pagas por MSNL entre os meses de julho/2016 a novembro/2019, no montante de R\$984, que são de obrigação do Estado de Goiás. Em 2020, o Estado ressarciu a MNSL em R\$ 484. Em 2020, não há mais saldo a restituir.

A movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está assim demonstrada:

	Repasse de custeio	Repasse de ressarcimento	Direito de execução de contrato	Reembolso de despesa de contrato	Total
Saldo inicial	1.539	4.965	1.260	522	8.286
Faturamento	30.625	-	-	-	30.625
Faturamento fundo de reserva	-	-	-	79	79
Recebimento de recursos	(21.170)	(7.354)	-	-	(28.524)
Recebimento de rescisões	· -	· · · · · ·	-	(484)	(484)
Glosas	(11.120)	-	153	-	(10.967)
Transferência (a)	262	2.389	(2.534)	(117)	-
Apuração de resultado	-	-	3.533	-	3.533
Provisão para rescisões trabalhistas	-	-	685	-	685
Ajuste de inventário	-	-	(166)	-	(166)
Baixa do saldo - diversas	-	-	`(93)	-	`(93)
Saldo final	136		2.838	_	2.974

(a) Em setembro de 2020, o SES-GO firmou com o IGH através do ofício 350/2020, a liquidação integral das pendências de repasses existentes até o exercício de 2018 e o montante negociado para quitação total do saldo em aberto foi de R\$ 7.564.

5. Estoques

	2020	2019
Medicamentos	117	65
Material médico hospitalar	525	98
Materiais de limpeza	30	15
Materiais de expediente	32	32
Materiais diversos e outros	216	98
	920	308

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

6. Partes relacionadas

	2020	2019
Passivo Hospital Materno Infantil - HMI	2.150	2.150
Instituto de Gestão e Humanização - Matriz	_	
	2.150	2.153

Referem-se a empréstimos entre unidades administradas pelo IGH. Tais recursos, visaram liquidar compromissos vitais à operação da unidade e estão relacionados a pagamentos de salários e encargos sociais, além de fornecimento de materiais e serviços. Estes empréstimos não estão sujeitos a atualização monetária e incidência de juros.

7. Imobilizado

	2020	2019
Imobilizado cedido Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos Computadores e periféricos Veículo	343 1.129 103 83	343 1.129 103 83
Imobilizado adquirido Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios	216 20 1.898	216 20 1.898

8. Fornecedores

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de aquisições de materiais (medicamentos, gases medicinais e insumos hospitalares diversos) e serviços necessários à atividade operacional da MNSL, para atendimento ao Contrato de Gestão, e não estão sujeitos a encargos.

9. Obrigações sociais e trabalhistas

	2020	2019
Provisões para férias	985	894
Salários e ordenados	-	443
IR sobre folha	117	102
FGTS a recolher	83	72
Encargos sobre férias	79	72
INSS a recolher	23	31
Rescisão a Pagar	20	5
Outras	2	-
	1.309	1.619

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

10. Obrigações fiscais

	2020	2019
PIS/COFINS/CSLL a recolher	21	2
INSS a recolher - PJ	14	12
ISS a recolher	18	20
IRPF a recolher	9	8
	62	42

11. Provisão para encargo INSS - CEBAS

Como entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto de Gestão e Humanização - IGH, em atendimento à Lei nº 12.101/09 e à Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, atende aos requisitos legais para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS SAÚDE.

Dentre as opções de requisitos para a manutenção do CEBAS SAÚDE, o IGH optou por atender ao percentual mínimo de 60% de prestação de serviços ao SUS, medido principalmente através da unidade paciente-dia. Assim, considerando que o IGH oferta ao SUS 100% (cem por cento) dos serviços de saúde da sua unidade própria (Hospital de Capim Grosso), o IGH obteve o seu Certificado - CEBAS Saúde.

Embora entenda que os benefícios da imunidade tributária e de isenção de contribuições sociais também se aplicam aos contratos sob a sua gestão, a Administração do IGH optou por registrar as provisões dos encargos previdenciários (cota patronal do INSS), sem recolhê-los, até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Desta forma, as provisões dos encargos previdenciários incorridos no exercício estão sendo reconhecidos mensalmente no resultado operacional da Entidade, como se devidos fossem.

Em abril de 2018, a Entidade renovou o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Como consequência, a Administração reverteu todo o saldo provisionado até abril de 2018.

A Entidade optou por manter provisionado saldo do INSS (CEBAS) para o período de maio de 2018 a dezembro de 2019, mesmo possuindo certificado vigente à época.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

A movimentação do saldo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram a seguinte:

	2020	
Saldo inicial	3.230	1.215
Provisão INSS - CEBAS Reversão de provisão (i)	2.343	2.015 -
Saldo final	5.573	3.230

(i) Refere-se a reversão da provisão constituída até abril de 2018. Os valores foram reclassificados para a conta de Direito de Execução de Contrato, vide Nota Explicativa n°4.

12. Provisão para rescisões trabalhistas

Referem-se aos valores das provisões das verbas rescisórias dos funcionários alocados ao contrato de gestão, em decorrência deste contrato possuir prazo determinado para encerramento.

13. Provisão para contingências

A Entidade não figura como ré em demandas judiciais de natureza cível e trabalhista.

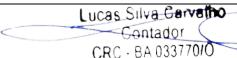
A Entidade possui ainda processos de naturezas cível e trabalhista classificados pelos assessores jurídicos com expectativa de perda "Possível" no montante de R\$ 134.

14. Custo dos serviços prestados

	2020	2019
Medicamentos e materiais (a)	(1.553)	(1.106)
Pessoal (b)	(22.363)	(22.557)
Serviços prestados (c)	(8.353)	(7.667)
	(32.269)	(31.330)

(a) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:

	2020	2019
Medicamentos	(290)	(274)
Materiais hospitalares	(827)	(407)
Gases hospitalares	(13)	(18)
Materiais de laboratório	(29)	(35)
Dietas enterais	(5)	-
Materiais de uso e consumo	(389)	(372)
	(1.553)	(1.106)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

(b) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:

	2020	2019
Glosa/custos ou despesas c/folha (i)	(10.150)	(11.513)
Salários e ordenados	(5.874)	(5.435)
INSS - CEBAS (ii)	(2.343)	(2.015)
13° salário	(631)	(586)
Férias	(941)	(846)
Rescisões	(227)	(101)
Prêmios e gratificações	(177)	(162)
Horas extras	(210)	(132)
Adicionais	(1.059)	(970)
Vale transporte	(79)	(91)
Contingência Trabalhista	-	-
FGTS	(718)	(613)
(-) Recuperação de despesas	143	85
Outros	(97)_	(178)
	(22,363)	(22.557)

- (i) Para operacionalização do contrato de gestão foram cedidos funcionários estatutários da SES-GO para compor o quadro de pessoal da MNSL, e foram mantidos contratos firmados com PJ cujos pagamentos continuaram sendo realizados pelo Estado. Por esse motivo, esses valores são deduzidos do repasse das subvenções mensais. Portanto, em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade do IGH/MNSL, pois em essência os mesmos trabalham e prestam serviços na MNSL e são remunerados/pagos com recursos provenientes do Contrato de Gestão.
- (ii) Refere-se a cota patronal do INSS, vide Nota Explicativa n° 12.
- (c) O saldo de custo com serviços prestados tem a seguinte composição:

	2020	2019
Honorários médicos	(4.729)	(4.560)
Serviço de limpeza e higienização	(159)	(81)
Serviço de lavanderia	(251)	(268)
Serviço de segurança patrimonial	(448)	(422)
Serviço de laboratório e radioterapia	(20)	(28)
Serviço de nutrição	(2.390)	(1.862)
Serviço de engenharia clínica	(174)	(240)
Glosa Fornecedores SES	(182)	(206)
	(8.353)	(7.667)

15. Despesas administrativas

	2020	2019
Serviços de manutenção	(225)	(271)
Serviços de processamento de dados	(249)	(221)
Serviços gerais	(904)	(958)
Aluguéis imóveis	(13)	(17)
Aluguéis gerais	(521)	(508)
Impostos e taxas	(3)	(12)
Outros	(45)	(14)
	(1.960)	(2.001)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

16. Seguros (não auditado)

O contrato de gestão não estabelece a obrigação do gestor (IGH) contratar cobertura de seguro para os principais ativos físicos da MNSL, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

17. Informações complementares

Fluxo de caixa método direto (em R\$)

(Em milhares de Reais)

	2020	
Saldo Inicial	1.020	
Recebimentos	-	
Contrato de Gestão	29.819	
Receita Financeira	3	
Reembolso	7	
Total de Recebimentos	29.829	
Pagamentos		
Pessoal	10.057	
Material de Consumo	2.070	
Serviços de Terceiros	11.065	
Despesa Bancárias	7	
Outras Despesas Operacionais	8	
Tributos/Taxas/Contribuições	28	
Despesas com Locações (Imóveis/equipamentos/veículos)	107	
Água/Energia/Telefonia/Internet	130	
Total de pagamentos	23.472	
Saldo Final	7.377	
SALDO FINANCEIRO DISPONIVEL PARA O MÊS SEGUINTE		
Saldo em C/C e Aplicação Financeira	7.375	
Fundo Fixo de Caixa	2	
Saldo Final	7.377	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

18. Demonstrações das mutações dos superávits (déficits) acumulados

Descrição	Superávits/ (déficits) acumulados	Superávit/ (déficits) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.135	(1.885)	250
Apropriação do superávit/(déficit) do exercício anterior	(1.885)	1.885	-
Ajustes de exercícios anteriores Superávit do exercício	263 -	(1.773)	263 (1. 773)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	513	(1.773)	(1.260)
Apropriação do superávit/(déficit) do exercício anterior	(1.773)	1.773	-
Déficit do exercício	-	(3.503)	(3.503)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.260)	(3.503)	(4.763)